

I - APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Dr. Marins Alves de Camargo – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, é um documento em que se constitui o plano geral da escola, mais do que um documento burocrático, é um produto específico de nossa realidade escolar, situada em um contexto mais amplo que influencia todas as ações da escola.

Trata-se de um instrumento que permite clarear a ação educativa em sua totalidade.

Apresenta uma reflexão contínua dando direção e orientação ao processo pedagógico, intencionalmente alicerçado nas reflexões e ações entre muitas diversidades e desafios, mantiveram-se todos os segmentos da escola empenhados num processo de reflexão, ação e sistematização, na construção do "Fazer Pedagógico".

O presente documento foi elaborado de acordo com o Artigo 12 da Lei nº 9394/96, que atribui à escola a incumbência de elaborar seu Projeto Político Pedagógico, nos artigos 13 e 14, os quais colocam para os professores e demais profissionais da educação, a responsabilidade de participar da elaboração desse projeto.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico teve por base teórica as orientações de VEIGA (1998), que divide sua construção através de três marcos bem distinto, porém interdependentes para subsidiar significativamente a organização do trabalho pedagógico.

1º – Marco Situacional: descrição da realidade em que se vive e trabalha.

2º – Marco Conceitual: pretensão de onde se quer chegar.

3º – Marco Operacional: enuncia os posicionamentos do grupo em relação às linhas de ação, para provocar as transformações da comunidade escolar.

Para a elaboração deste projeto partimos das reais condições do contexto escolar, levando-se em conta a gestão de tempo, espaço, recursos físicos, materiais e humanos. Realizamos uma análise nos documentos da escola através de um diagnóstico, levantando possíveis encaminhamentos através de atividades divididas em grupo, detectando principais problemas, aspirações e anseios de pais, alunos, professores e funcionários, bem como, apontar possibilidades de superação. A reelaboração do presente documento se faz necessária em decorrência da implantação do Ensino Fundamental de 9 anos de forma simultânea nesta unidade escolar, atendendo os direcionamentos fixados na Lei 11.274/06 e no Parecer 407/11 CEE.

Dessa forma, tornou-se possível estabelecer um ponto de partida comum entre todos os seguimentos e determinar as ações educacionais necessárias contando com a participação e o compromisso de todos os envolvidos na execução dos objetivos propostos.

O Projeto - Pedagógico originado no seio da coletividade docente, discente, administrativa, segmentos da sociedade, fornece uma identidade à instituição, representando um espaço onde manifestam as experiências acumuladas, as necessidades singulares, o planejamento sistematizado das ações, enfim, uma oportunidade de termos uma direção a seguir, contribuindo assim para a formação de cidadãos conscientes e capazes de transformar a sociedade.

II- INTRODUÇÃO

Identificação da Escola

Colégio Estadual Dr. Marins Alves de Camargo - Ensino Fundamental, Médio e Profissional.

Rua Bahia, nº 955

Paranavaí - Paraná

CEP. 87.704-040

Fone: (0xx44) 3423-6062/3423-8661

E-mail: marins.alves@bol.com.br

Caracterização Geral

Mantenedora:

SEED- Secretaria de Estado da Educação do Paraná

Cursos oferecidos:

- Ensino Fundamental (6º a 9º ano) - Autorizado pelo Decreto nº 2777/77
- Ensino Médio - Autorizado pela Resolução nº 2500/97
- Ensino Profissionalizante
 - Técnico em Meio Ambiente – Integrado – Autorizado pelo Decreto 5154/2004. Res.913/06, Reconhecimento 3715/2008
 - Técnico em Meio Ambiente – Subsequente – Autorizado pelo Decreto 5154/2004. Res912/06, Reconhecimento 2417/07

- Técnico em Segurança do Trabalho- modalidade Proeja – Autorizado pelo Decreto, Res. 1247/08. Reconhecimento/Cessação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – área profissional saúde, integrado a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, Res. 2507/11 – DOI 21/09/2011.
- Técnico em Segurança do Trabalho – modalidade Subsequente – Autorizado pelo Decreto, Res. 3690/09.
- Técnico em Edificações modalidade integrado – Autorizado pelo decreto, Res. 1397/11 – DOI 31/05/2011.
- Técnico em Edificações – modalidade subsequente – Autorizado pelo decreto, Res. 1406/11 – DOI 14/06/2011.
- Complementação Curricular – Resolução 3683/2008
- Sala de Apoio – Autorizado

Turno Vespertino – 6º e 9º ano

Dia da semana	2ª feira	5ª feira
Horário	14:20 às 17:55 h	14:20 às 17:55 h

- Sala de Recursos – Autorizado pela Resolução 5711/2009.

Turno Vespertino

Dia da semana	2ª feira	3ª feira	5ª feira	6ª feira
Horário	13:00 às 17:00 h	13:00 às 17:00 h	13:00 às 17:00 h	13:00 às 17:00 h

- CELEM Autorização de funcionamento conforme protocolo 9.443.845-4, Instrução Normativa nº19/2008 SUED/SEED: CELEM.

Turno Vespertino 1º ano – 3ª e 5ª feira 16:15 às 17:50 h.

2º Ano – 3º e 5º feira 18:00 às 19:40 h

Dia da semana	3ª feira	5ª feira
Horário	16:15 às 19:40 h	16:15 às 19:40 h

- ACCC – Atividades Complementares Curriculares de Contraturno como o Fecomércio de segunda a sexta feira das 14h00min às 17h00min, Macrocampo Cultura e Arte – Atividade Música nas terças e quartas feiras das 17h20min às 19h00min, Macrocampo Esporte e Lazer – Atividade Hora treinamento Futebol nas quintas e sextas feiras das 17h20min às 19h00min, Macrocampo Esporte e Lazer – Atividade Esporte nas terças e quartas feiras das 17:50 às 18:40 h.

- Ensino Fundamental de forma simultânea a partir do ano letivo de 2012. Parecer 407/11 CEE.

Fecomércio

Dia da semana	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
Horário	14:00 às 17:00 h	14:00 às 17:00 h	14:00 às 17:00 h	14:00 às 17:00 h	14:00 às 17:00 h

Atividade Música

Dia da semana	3ª feira	4ª feira
Horário	17:20 às 19:00 h	17:20 às 19:00 h

Atividade Hora treinamento Futebol

Dia da semana	5ª feira	6ª feira
Horário	17:20 às 19:00 h	17:20 às 19:00 h

Atividade Esporte

Dia da semana	3ª feira	4ª feira
Horário	17:40 às 18:20 h	17:40 às 18:20 h

Aspectos históricos:

O Colégio Estadual Dr. Marins Alves de Camargo - EFMP foi fundado em 15 de Fevereiro de 1959, com o nome de 2º. Grupo Escolar de Paranaíba, tendo como primeiro diretor, professor Laércio Bastos Xavier.

Nessa data, o Estado era governado por sua Ex^a. Moisés Lupion e Prefeito de Paranaíba, sua Ex^a. Ulisses Farias Bandeira. O Colégio iniciou seu funcionamento no antigo Mercado do Povo com cerca de 500 alunos.

A partir de 12 de agosto de 1960, o mesmo passou a funcionar no prédio do 1º. Grupo Escolar de Paranaíba, onde atualmente situa-se o Ginásio de Esportes Lacerda Braga.

Aos 06 de Agosto de 1962, a escola passou a denominar-se Grupo Escolar Dr. Marins Alves de Camargo, com Edital condecorado ao Dr. Marins.

Em 1974, com a reforma do ensino, a Lei nº. 5.692/71, o Grupo Escolar começou a ofertar o ensino de 5ª a 8ª séries.

Em 1975, passou a funcionar no prédio localizado a Rua Bahia nº. 955, no Jardim Ouro Branco, numa área de 1.348 m², abrangendo 12 salas de aula e as 'dependências administrativas, onde funciona atualmente.

No ano de 1977, foi incorporada a Escola Técnica de Contabilidade, passando assim a denominar-se Colégio Estadual Dr. Marins Alves de Camargo - Ensino de 1º. e 2º. Graus.

Colégio Estadual Dr. Marins Alves de Camargo - Ensino Fundamental, Médio e Profissional recebeu esta denominação após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em vigor.

A reelaboração do presente documento se faz necessária em decorrência da implantação do Ensino Fundamental de 9 anos de forma simultânea nesta unidade escolar, atendendo os direcionamentos fixados na Lei 11.274/06.

Organização do espaço físico

O Colégio Estadual Dr. Marins Alves de Camargo - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, está localizado no Jardim Ouro Branco, na região norte do município de Paranavaí.

Ocupa um terreno de 9.964,75 m², contando com 2.187,25 m² de área construída destinada às seguintes instalações:

1. Parte Administrativa:

Consiste em uma ala contendo seis salas, destinada ao funcionamento da direção, secretaria, equipe técnica pedagógica, sala dos professores coordenação de cursos e sala de hora atividade, possui 02 banheiros (2 sanitários masculinos e 2 femininos).

2. Salas de aula e sanitários para alunos:

O Colégio conta com 13 salas de aula com aproximadamente 48 m² cada, distribuídas em dois pavilhões.

O Colégio dispõe de salas adaptadas para o funcionamento da Sala de Recursos e Sala de Apoio.

As salas encontram-se em condições adequadas de iluminação, conforto, com boa ventilação, sendo disponibilizados em todas as salas de aula ventiladores .

Conta também com 20 sanitários, masculino e feminino, para uso dos alunos e 1 sanitário adaptado para deficientes em bom estado de conservação.

3. 02 Laboratórios de Informática, 01 Laboratório de Ciências, Física, Química e Biologia e Meio Ambiente, biblioteca, cozinha, cantina e casa do caseiro.

- Laboratório de informática – Paraná Digital – com 20 computadores e uma impressora em bom estado de conservação.

- Laboratório de Informática – PROINFO – com 10 computadores e uma impressora em bom estado de conservação.

- Laboratório de Ciências, Física, Química e Biologia e Meio Ambiente, com ótimos equipamentos para o uso.

- Biblioteca com ótimo acervo Bibliográfico para o Ensino Fundamental, Médio e para os Cursos Profissionalizantes: Técnicos em Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, sendo necessário ampliação do acervo Bibliográfico para atender ao Curso Profissionalizante: Técnico em Edificações.

- A cantina funciona em um espaço acessível aos alunos e professores.

- A Casa do caseiro encontra-se em boas condições de uso.

– A cozinha em sua estrutura física está em ótimo estado de conservação, bem equipada atendendo as reais necessidades dos educandos, porém a merenda escolar é servida no pátio, onde dispomos de 10 mesas e 20 bancos para que os alunos possam realizar suas refeições. Existe necessidade urgente da construção de um refeitório.

4. Quadra de esportes, pátio e estacionamento:

O Colégio possui uma quadra de esportes coberta fora dos padrões normais, sem fechamento nas laterais, sanitários, vestiários e sala para jogos. Necessário se faz a construção de mais uma quadra, bem como de sala de multiuso para atender as Atividades de Complementação Curriculares em contra turno. A escola dispõe de áreas externas, mas descobertas, o que as tornam inviáveis para realização das atividades.

A cobertura no bolsão de acesso, colocação dos bancos para abrigar os alunos e travas eletrônicas nos portões facilitaram a organização da entrada e saída do colégio e ofereceram maior segurança.

O Colégio possui um estacionamento amplo para abrigar carros, motos dos professores e funcionários, com razoável quantidade de árvores, aguardando o

desenvolvimento natural das plantas para o sombreamento. Há necessidade de plantio de mais árvores nos demais espaços internos.

O Colégio Estadual Dr. Marins Alves de Camargo - Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, funciona em três turnos:

- Matutino: 07h30min às 11h55min, atendendo um total de **423** alunos distribuídos em 14 turmas, Ensino Fundamental 6º ao 9º ano 260 alunos, Ensino Médio 82 alunos e Cursos Técnicos (Edificações) 57 alunos. Ofertamos sala de apoio a Aprendizagem (na área de Língua Portuguesa e Matemática) à 30 alunos.
- Vespertino: 13h30min às 17h50min, atendendo um total de **301** alunos, distribuídos no Ensino Fundamental 6º ao 9º ano 137 alunos, Ensino Médio 12 alunos. Uma de Sala de Recursos (15 alunos) e uma Sala de Apoio à Aprendizagem (Língua Portuguesa e Matemática) com 30 alunos. Complementação Curricular (Teatro, Oficina de Matemática, Literatura) atendendo 73 alunos, CELEM 34 alunos.
- Noturno: 19h00min às 23h00min, atendendo um total de 182 alunos, distribuídos em 9 turmas, Cursos Técnicos Profissionalizante (Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Edificações) atendendo 175 e no CELEM 07 alunos.

III – OBJETIVOS GERAIS

1. Cumprir a legislação no que dispõe a Lei 9394/96 em seu artigo 12, I; Artigo 13, I e Artigo 14, I.
2. Organizar o trabalho pedagógico, de forma a propiciar ao educando conhecimentos e princípios que contribuam para a formação da sua identidade e cidadania, em uma perspectiva transformadora.
3. Organizar um programa de estudos sobre a valorização do ser humano como cidadão, para que a comunidade escolar do Colégio Estadual. Dr. Marins Alves de Camargo, baseada nesses princípios, reafirme seu compromisso com a construção de um modo mais humano e justo para todos os que nele habitam, independentemente de raça, cor, credo ou opção de vida.
4. Realizar um planejamento conjunto para que a interdisciplinaridade seja concretizada, tornando-se uma prática constante e todos os seguimentos do Colégio.
5. Intensificar a participação de todos os segmentos nas atividades realizadas pelo Colégio para que haja articulação e integração da comunidade escolar.
6. Definir ações a serem desenvolvida no Plano de Ação da escola.

IV – MARCO SITUACIONAL

**“A árvore poderá buscar o sol e produzir frutos,
somente se tiver as raízes firmes no chão.”**

Gonçalves, Alfredo J.

Realidade brasileira, do Estado, do Município e da Escola

Em um mundo marcado por profundas mudanças, poucos estudiosos e cientistas ousaram prever a magnitude e a abrangência de um período histórico tão acelerado que marcou o final do século XX e início do século XXI. Entre estes, ressaltamos CAPRA (1982) e BOFF (2005), em cujas ideias nos baseamos para escrever esse pequeno texto.

Do ponto de vista econômico, a globalização avançou nesse período de forma avassaladora, reduzindo sensivelmente a rentabilidade dos empreendimentos, iniciando-se uma luta pelo controle de novos mercados e matérias-primas e pela manutenção dos direitos trabalhistas adquiridos.

Na relação entre capital e trabalho, expressões como flexibilização das leis trabalhistas e terceirização ganham amplo espaço, refletindo as novas transformações no mundo do trabalho. Deixou de existir o emprego estável e seguro e cresceu a economia informal.

Em termos tecnológicos, as inovações em áreas como as telecomunicações, a informática, a robótica, a microeletrônica, a biotecnologia ou a engenharia genética constituem uma revolução sem precedentes. A tecnologia praticamente aboliu o tempo e o espaço, os horizontes se abrem em âmbito planetário. A simultaneidade entre o fato e a notícia, tem consequências imprevisíveis para o comportamento das pessoas e para novos desdobramentos históricos. Hoje é muito comum, via internet ou telefone celular, conectar-se com os quatro cantos do

planeta. Paradoxalmente, a enorme abertura a novas comunicações e a novos encontros, caminha de braço dado com a solidão e isolamento.

No campo da política os interesses econômicos se sobrepõem às decisões políticas, deixando de lado qualquer imperativo de ordem ética.

Na perspectiva filosófico-cultural, atravessamos hoje uma profunda crise de valores. Conceitos como razão, ciência, tecnologia, progresso e democracia, as quais desde o início da modernidade fazem parte de seu credo otimista, sofreram um tremendo desgaste no decorrer de um século que passou por duas conflagrações mundiais, dezenas de guerras entre as nações e centenas de conflitos armados nas mais diferentes regiões. Além disso, atravessamos um século que conheceu os males do totalitarismo, da bomba atômica, do colonialismo e do holocausto. Do meio desses escombros e dessas feridas é que nascem os medos, as angústias, as dúvidas e interrogações quanto ao porvir histórico.

O rompimento do chamado contrato social que cimentou a trajetória da modernidade provocou o desgaste das relações de solidariedade, ou seja, a deterioração de laços essenciais que aproximam pessoas, grupos humanos e povos inteiros. Atualmente, o conceito de bem comum recua diante do avanço dos desejos e interesses imediatos e individuais. Os resultados disso são visíveis por todo lado: a banalização da vida humana, o crescimento da violência em suas mais variadas manifestações, o poder do crime organizado em nível mundial, o tráfico de drogas e pessoas, a morte como espetáculo, com corpos mutilados, torturados, esquartejados, entre tantas outras imagens terrificantes.

Como pano de fundo, emerge com força o individualismo exacerbado e a concorrência desleal de todos contra todos. Evidenciam-se as relações nefastas entre o ser humano e a natureza. Felizmente, aos poucos, vamos tomando consciência de que, ou salvamos o planeta inteiro, ou perecemos junto com ele.

A devastação indiscriminada e o uso incorreto dos recursos naturais, bem como a destruição do meio ambiente e da biodiversidade, além de deteriorar os

micros e macros sistemas ecológicos, causa uma utilização extremamente desigual dos bens da natureza, gerando alguns super ricos e outros miseráveis. Neste sentido, é preciso lutar por um desenvolvimento sustentável do ponto de vista ecológico e sócio-econômico.

O aumento da exclusão social, da miséria e da fome em todo mundo, do desemprego e subemprego generalizados em decorrência dos crescentes deslocamentos humanos em todas as direções, faz ressurgir em várias partes do globo formas de trabalho que haviam sido condenadas pela história: trabalho infantil, trabalho escravo, trabalho do idoso, trabalho domiciliar, trabalho por tarefa, trabalho temporário. Constatam-se aqui uma grande contradição do neoliberalismo: convivem, lado a lado, a tecnologia mais avançada e as formas de trabalho mais retrógradas.

A separação entre trabalho e emprego amarra os trabalhadores a um duro círculo vicioso: a instabilidade do emprego agrava a exclusão social, e esta, por sua vez, reduz consideravelmente as possibilidades de uma verdadeira capacitação, com vistas a responder às exigências das novas relações de trabalho. Além do mais, entre os que ainda dispõem de emprego garantido – o que se tornou nos dias atuais um luxo de poucos – aumentam em muitos casos as horas extras e a pressão das empresas. Não poucos trabalhadores atualmente encontram-se 24 horas por dia conectados com a empresa.

A dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho evidencia outra dimensão do círculo vicioso acima referido: a obrigação de migrar. Sair torna-se uma forma de buscar longe da própria região ou país novas oportunidades de vida e trabalho.

Esse conjunto de mudanças científico-tecnológicas, sócio-econômicas e político-culturais imprime novos comportamentos e desencadeiam novos deslocamentos humanos nas mais variadas direções também revolucionou a produção, o comportamento das pessoas e o próprio ambiente escolar.

Diante dessa conjuntura, é necessário que a educação se posicione de frente à luta contra as exclusões, num esforço para vencer as barreiras e entraves que inviabilizam a construção de uma escola pública que adeque de fato para o exercício pleno de cidadania e seja instrumento real de transformação social.

O governo do Estado do Paraná tem criado programas educacionais de apoio e incentivo aos educandos, como: Sala de Apoio à Aprendizagem para alunos do 6ª e 9º ano do Ensino Fundamental e para o 3º ano do Ensino Médio, Sala de Recursos para alunos com dificuldade de aprendizagem, programas de inclusão, AACC – Atividades Complementares Curriculares de Contraturno como o Fecomércio, Macrocampo Cultura e Arte – Atividade Música, Macrocampo Esporte e Lazer – Atividade Hora treinamento Futebol, Macrocampo Esporte e Lazer – Atividade Esporte, bolsa escola, leite das crianças, cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos profissionais da educação. Contudo esforços maiores de toda a sociedade precisam ser elencados para encontrarmos um caminho que leve a garantir a todos os educandos o direito de freqüentar a escola, de aprender dentro do sistema de ensino e que este contribua de forma efetiva para a vida dos mesmos. A escolha das AACC – Atividades Complementares Curriculares de Contraturno com suas respectivas atividades e macrocampos se fez considerando os interesses da comunidade que apresentam historicamente atuação na área cultural/musical com participações em eventos promovidos no município há vários anos. As atividades esportivas foram selecionadas considerando a necessidade de se ter mais uma área de recreação/esportiva no bairro que comprovadamente é carente em locais específicos para estas práticas. Os pais demonstraram interesse pelas atividades considerando que no ambiente escolar a segurança e os resultados serão alcançados, pois estarão sendo acompanhados por professores especialistas na área.

A sala de apoio busca propor ações pedagógicas diferenciadas das desenvolvidas em sala de aula para enfrentamento dos problemas relacionadas a aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, no que se refere aos conteúdos básicos dessas disciplinas.

Suas ações são fundamentadas na necessidade de dar continuidade ao processo de democratização, de universalização do ensino e garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem efetiva dos alunos, segundo o qual a LDBEN nº 9394/96 fixa que cabe ao sistema de ensino criar condições possíveis para que o direito à aprendizagem seja garantido ao aluno.

A sala de recursos é um espaço onde o trabalho pedagógico realizado se destina a contribuir com a redução das dificuldades de aprendizagem dos alunos. É um serviço de apoio especializado, de natureza pedagógica, que suplementa o atendimento educacional realizado em classes comuns da Educação Básica.

O aluno para o ingresso na Sala de Recurso deverá ter realizado no contexto escolar do ensino regular pelos professores da classe comum a avaliação com assessoramento de uma equipe multiprofissional, inclusive as secretarias municipais de saúde.

O CELEM – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas é uma oferta extracurricular e gratuita de ensino de línguas estrangeiras, funciona como uma alternativa para que as escolas ofereçam o ensino plurilíngue. As escolas ao não incorporarem a segunda língua à grade curricular ofertarão de forma gratuita cursos básicos e de aprimoramento, aos alunos da Rede Pública Estadual de Educação Básica matriculados no Ensino Fundamental (anos finais), no Ensino Médio, Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), aos professores e funcionários que estejam no efetivo exercício de suas funções na rede estadual e também à comunidade.

o Colégio Estadual Dr. Marins Alves de Camargo esta situado em Paranavaí e faz parte dos 21 municípios coordenados pelo Núcleo Regional de Educação de Paranavaí.

A população escolar de Paranavaí é atendida pela rede estadual, municipal e particular e pelas faculdades: FAFIPA – Faculdade Estadual de Educação e Ciências e Letras de Paranavaí e UNIPAR – Universidade Paranaense. FATECI –

Faculdade de tecnologia e Ciências do Norte do Paraná LTDA e UTFPR –
Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Conhecer a realidade do mundo, da região, da escola e de nossos alunos, de suas famílias, condições de vida, valores e opiniões sobre o contexto escolar sócio-político econômico cultural é de fundamental importância para a construção de um Projeto Político Pedagógico que amplie o conceito de escola para além dos seus muros. Tendo clareza desta necessidade procuramos por meio de questionários, reuniões e registros de observações, estabelecer um perfil dos educandos.

O nível sócio-econômico, cultural e estrutural, das famílias, é diversificado, ou seja, de diversas camadas sociais e culturais, sendo assalariados, desempregados, comerciantes e profissionais liberais. Grande parte reside em casa própria e outros em casa alugada ou cedida; o número de filhos nas famílias é em média de três filhos; 40% residem com os pais, 25% só com a mãe, 3% só com o pai, 4% só com os avós ou ainda 2% com outras pessoas da família ou não e 15% dos alunos são casados.

Observa-se a necessidade da mãe de trabalhar para reforçar o orçamento familiar e no momento que ela sai, deixa de atender os filhos, provocando um distanciamento entre pais e filhos, comprometendo o plano afetivo, moral e o convívio familiar.

Várias famílias sofrem as consequências dos problemas sociais como: desemprego ou subemprego, instabilidade do emprego, excesso de jornada de trabalho, problemas de migração para outras regiões ou países.

Isso tudo tem reflexo na vida escolar dos filhos, que se sentem desmotivados a estudar, com baixa autoestima, não vêm perspectivas de dias melhores, o que os levam à indisciplina, provocando a dificuldade de aprendizagem, a repetência e a evasão escolar.

A escola busca através de Projetos de Complementação Curricular projetos culturais e científicos e atividades extraclasse incentivando os educandos, despertando-lhes o interesse pela escola, a importância do estudo, bem como a valorização da família e do ser humano como agente de transformação da sociedade.

Também convivemos com os problemas da evolução tecnológica e a mídia, onde o excesso de informação leva os alunos a não processar essas informações, levando-os a se tornar inquietos, sem concentração, dispersos. Outra situação preocupante é o aumento de alunos diagnosticados por especialista, como hiperativos e o aumento significativo de crianças com dificuldade de aprendizagem.

As reuniões para os pais realizadas no início do ano e no decorrer dos trimestres contam com um percentual satisfatório de participação. Também, quase sempre, atendem as solicitações individuais quando necessário. Nota-se que quando os pais participam mais das atividades da escola e se interessam pelo que os seus filhos fazem nela, os alunos apresentam uma melhor aprendizagem.

Os alunos, de acordo com levantamento realizado, destacam como aspectos positivos, as atividades culturais, participação no FERA, , visitas Técnicas e o acolhimento humano, além de destacar o empenho e compromisso de professores e funcionários. Os aspectos negativos, na perspectiva dos alunos é a falta de professores.

O relacionamento, na visão dos alunos, é bom entre eles e também entre todos os segmentos da comunidade escolar, considerando que 97% dos alunos entendem que a educação escolar é importante para a vida em sociedade e que a continuidade dos estudos é necessária. Pretendem dar continuidade aos estudos, prestando vestibular ou buscando Curso Técnico Profissionalizante.

Com relação à gestão democrática e a participação dos órgãos colegiados temos a organização conforme orientação da SEED: Conselho Escolar e APMF e Grêmios Estudantis. Sabemos que a ação política não se dá de forma imediata,

requer um processo de formação lento. Por este motivo, o envolvimento nas decisões dá-se de forma parcial, embora nas ações concretas todos colaborem efetivamente.

A formação continuada dos professores é organizada a fim de proporcionar o estudo constante. Para esse tempo contamos com a hora-atividade, que é cumprida na escola. Devido às dificuldades de elaboração do horário, por termos professores que trabalham em várias escolas, a hora-atividade não pode ser elaborada conforme sugestão do NRE. Embora a organização não possibilite o encontro dos profissionais por área do conhecimento, estes, de forma individual utilizam o tempo disponível para planejamento, leitura, pesquisa e elaboração de material didático, bem como estudos para a reformulação curricular e a reestruturação do Projeto Político Pedagógico.

A escola oferece aos alunos parcerias com órgãos e centros de integração para o acesso dos alunos aos estágios não obrigatórios. Esta ação é opcional do aluno sendo planejado, executado e avaliado sistematicamente. Ao final a carga horária é acrescida à carga horária regular e obrigatória no Histórico escolar.

A oferta do Ensino Profissional Integrado e Subsequente na área de Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Edificações propiciam a formação do cidadão/aluno/trabalhador, que precisa ter acesso aos saberes técnicos e tecnológicos requeridos pela contemporaneidade.

O Ensino Profissional busca não apenas a adaptação dos alunos às demandas do mercado e do capital e dos padrões de “empregabilidade”, ao contrário, assim como afirma o documento preliminar de fundamentos políticos e pedagógicos do Ensino Profissional do Paraná, assume a concepção de ensino e currículo em que o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, constituem os fundamentos sobre os quais os conhecimentos escolares devem ser trabalhados e assegurados, na perspectiva da escola unitária e de uma educação politécnica (PARANÁ, p.3, 2006).

O perfil dos alunos do curso técnico é de pessoas com idade entre 18 a 56 anos, ou seja, mais experientes e apresentam vínculo com o curso, seja ele de trabalho ou mesmo grande interesse em exercer a profissão. São trabalhadores ou desempregados com interesse em melhorar suas possibilidades de ascensão profissional ou mesmo de emprego na área.

A formação de trabalhadores preparados para atuar na elaboração e concretização de todo e qualquer sistema que envolva as questões ambientais, seja na educação, nas indústrias, nos laboratórios de análises, consultorias, fiscalização, entre outros, é objetivo que mobiliza todo esforço da equipe envolvida com o Ensino Profissional. A atuação no enfrentamento de problemas e desequilíbrios de ordem ambiental na cidade e região requerem um profissional preparado para atuar na prática, mobilizando sua reflexão a partir da aquisição teórica. Nesse sentido, desejamos cada vez mais possibilitar um ensino de qualidade, onde articulação teórica-prática mobilize um novo contexto social, mais justo e humano.

Na atualidade muitos pais culpam a escola pelo mau comportamento em casa, dando a entender que quem educa é a escola. Na realidade, essa idéia é errônea e não deve prevalecer, pois cabe aos pais a formação do caráter, da autoestima e da personalidade dos filhos

O Colégio Marins busca na relação com os pais definir os seus papéis e sempre buscando deixar claro ao aluno a função de cada um para que possa buscar de forma correta a ajuda para seus conflitos. Para Parolin (2003) a escola e a família são “instituições parceiras”. Segundo a autora, ambas carregam a função de socialização, porém, esta tarefa seria diferentemente conduzida em cada uma, e complementares perante a sociedade como um todo. Os pais do Colégio Marins demonstram interesse em participar da vida escolar dos filhos e assim proporcionam suporte nas ações pedagógicas desenvolvidas

Os pais demonstram que confiam na escola em seu principal papel a formação do cidadão, estimulando – os nas atividades escolares, tendo como interesse maior a formação integral de seus filhos. Os pais socializam que ao

buscarem a escola entendem que os filhos podem obter formações em conteúdos curriculares de qualidade e assim que os possibilitem o acesso a cursos e faculdades que possam ampliar a formação educacional dos filhos.

Índices dos últimos três anos:

	2008	2009	2010	2011
Aprovação	77,30%	77,67%	77,20%	80,56%
Retenção	9,78%	10,25%	4,96%	6,73%
Evasão	2,50%	2,56%	1,71%	2,13%
IDEB	4,3	4,5	4,5	Meta 4,6

ANÁLISE CRÍTICAS DAS CONTRADIÇÕES E CONFLITOS PRESENTES NA REALIDADE

Recursos humanos: Mudança constante de professores que dificulta à continuidade do desenvolvimento dos projetos; Aumento significativo de atestados médicos.

V. MARCO CONCEITUAL

1. Concepção:

Diante da sociedade descrita no marco situacional, é necessário que haja mudanças profundas em todas as suas estruturas. Construir um Projeto Político Pedagógico implica pensar na construção de uma identidade, considerando posicionamentos políticos e pedagógicos, em uma concepção de sociedade, mundo, educação/escola, conhecimento, ensino, aprendizagem e avaliação.

A comunidade escolar do Colégio Estadual Dr. Marins Alves de Camargo após reflexão, optou por uma ação pedagógica fundamentada na tendência pedagógica histórica crítica, numa concepção dialética. Essa opção implica em compreendermos a sociedade dividida em classes com interesses opostos desempenhando um papel de mediação entre os homens no processo de criação e transmissão de cultura, no qual consiste a educação. Nesse sentido a função da escola não pode se resumir em mera reprodução social, mas em local onde podem ser desenvolvidos mecanismos de emancipação para uma sociedade mais justa, humana, fraterna e democrática, com homens críticos, politizados, de ampla visão de mundo, capazes de superar os preconceitos sociais, uma sociedade em que todos usufruam direitos e deveres presentes na constituição brasileira. Por isso, queremos defender uma sociedade em que valores como solidariedade, fraternidade, honestidade e tolerância, transcendam as barreiras do individualismo, pois a cada momento de nossas vidas estamos juntos construindo a nossa história buscando liberdade, justiça e a paz desejada por todos.

Sabemos que o homem é o sujeito principal da construção da sociedade e da história, portanto, queremos que este homem busque a verdade, que tenham ideais e objetivos definidos, capaz de ter iniciativa própria, conhecedor de seus direitos e obrigações, da realidade que o cerca, capaz de ampliar sempre mais sua visão de sociedade e de mundo.

A concepção de infância na atualidade nos remete a refletir sobre diversos âmbitos, entretanto o contexto social e educacional são os que direcionam as ações

no âmbito da educação. Segundo Neto e Silva (2007) a palavra infância vem de *Enfant* que significa "aquele que não fala", isso podemos ver refletido sobre o processo de construção da infância na sociedade, onde observamos a figura da criança como aquele que não tem capacidade de ser, estar e atuar por ser criança, ou seja, vista apenas como um ser moldado pelo adulto ou como um indivíduo sem valor, sem um espaço na sociedade, e isso decorre desde a sociedade medieval até tempos atrás, onde começa a mudar tais concepções e passa-se a ver a criança como um indivíduo pertencente ao meio social com sua cultura e seu modo de entender o mundo, pois segundo Paula (2005) antes "a criança inexistia ou ficava adstrita a escassos momentos". (p.1). Ou seja, não participava do meio, era isolada como um indivíduo que nada sabe, a criança passava a ser um "adulto em miniatura", e a viver como tal.

Mas a concepção de infância vai sendo mudada conforme a sociedade passa a vê-la com um olhar mais centrado de que esta é um indivíduo que pertence à sociedade, que está inserido em sua cultura e dela aprende, tem "voz", ou seja, tem sua forma de vivê-la, e por esta é influenciada e a esta também influencia.

Isto porque se acredita que a concepção de infância está ligada à cultura que vivemos e a sociedade que nós adultos criamos para as crianças, e como uns seres moldados pela cultura e pela sociedade estas vivem as influências de sua época.

A adolescência pode ser compreendida hoje como uma categoria histórica, que recebe significações e significados que estão longe de serem essencialistas.

É como afirma Pitombeira (2005): a naturalização da adolescência e sua homogeneização só podem ser analisadas à luz da própria sociedade. Assim, as características "naturais" da adolescência somente podem ser compreendidas quando inseridas na história que a geraram. Mas não foi sempre deste modo que se falou da adolescência.

Para a maior parte dos estudiosos do desenvolvimento humano, ser adolescente é viver um período de mudanças físicas, cognitivas e sociais que, juntas, aju-

dam a traçar o perfil desta população. Atualmente, fala-se da adolescência como uma fase do desenvolvimento humano que faz uma ponte entre a infância e a idade adulta. Nessa perspectiva de ligação, a adolescência é compreendida como um período atravessado por crises, que encaminham o jovem na construção de sua subjetividade. Porém, a adolescência não pode ser compreendida somente como uma fase de transição. Na verdade, ela é bem mais do que isso.

Adolescência, período da vida humana entre a puberdade e a adultície, vem do latim *adolescencia*, *adolescere*. É comumente associada à puberdade, palavra derivada do latim *pubertas-atis*, referindo-se ao conjunto de transformações fisiológicas ligadas à maturação sexual, que traduzem a passagem progressiva da infância à adolescência. Esta perspectiva prioriza o aspecto fisiológico, quando consideramos que ele não é suficiente para se pensar o que seja a adolescência.

Para Ariés, somente após a implantação do sentimento de infância, no século XIX, tornou-se possível a emergência da adolescência como uma fase com características peculiares e únicas, distintas dos outros momentos desenvolvimentais. No entanto, a partir de outros autores, como Santos (1996) e Levi; Schmidt (1996), infância e adolescência foram denominadas como idades cronológicas que sempre existiram. No entanto, para se fazerem concretas, constituíram-se historicamente dentro das sociedades.

A educação fenômeno exclusivo dos seres humanos, sendo ao mesmo tempo uma exigência do e para o processo de trabalho, sendo ela própria um processo de trabalho. Trabalho não-material, ou seja, a produção de idéias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Desse modo, o objeto da educação é, por um lado, a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos a fim de que se tornem parte da humanidade; por outro lado, diz respeito à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (Pinto, 1994).

Queremos uma educação que valorize o saber científico, filosófico, oportunizando o educando a um crescimento pessoal, intelectual, respeitando sempre os preceitos éticos, morais, políticos e religiosos. Priorizamos também uma educação em que o aluno tenha uma formação integral e que tenha condições de dar continuidade aos seus estudos.

Segundo Saviani (1994) a escola é uma instituição com o papel de socializar o saber sistematizado. É ela que propicia a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso a tal saber. O que torna necessária a sua existência é a exigência de apropriação deste conhecimento pelas novas gerações.

Entendemos que a escola tem o papel de socializar e instrumentalizar o saber científico para melhor compreensão da realidade social, possibilitando ao aluno condições de interagir positivamente em seu meio, proporcionando acesso pessoal e profissional. Portanto, queremos uma escola com gestão democrática que atenda a toda a comunidade de forma a satisfazer suas aspirações e anseios, com condições adequadas de aprendizagem e socialização do conhecimento, buscando recursos econômicos para melhorias estruturais e aperfeiçoamento dos profissionais, tornando-os qualificados e valorizados. Uma escola que garanta a aprendizagem de todos os alunos, sabendo que alguns necessitam de atendimento diferenciado em relação das suas especificidades.

Para Pinto (1994) o conhecimento, ou o saber, é o produto da existência real, objetiva, concreta, material do homem em seu mundo, imprimindo-se em seu espírito sob a forma de idéias e pensamentos que se concatenam regulamente. É, portanto, uma produção histórico-social. Os caracteres do saber são: relativo – varia no espaço e no tempo; concreto – depende do processo de desenvolvimento; existencial – constitutivo da realidade do indivíduo; empírico – deriva da experiência; racional – produto da capacidade racional do ser humano; histórico – constituído em cada momento histórico, engendrando novos conhecimentos; não dogmático – possibilidade de superar-se; fecundo – sempre gerador de outro conhecimento, transformador da realidade.

Entendemos que o conhecimento é construído ao longo da história embasado socialmente e sua construção está vinculada ao processo de ação-reflexão sobre esta realidade, a partir da problematização, da análise e compreensão teórica dos elementos e suas inter-relações do homem com seu mundo.

O ensino promove a interação entre o aluno e conhecimento, de modo a possibilitar o acesso e a incorporação de elementos culturais essenciais a sua transformação enquanto síntese das múltiplas relações sociais. É um processo sistemático de contínuas e cumulativas mediações culturais. As atividades realizadas devem promover a reflexão-ação sobre a realidade, possibilitando um processo mais significativo de apropriação, socialização, produção do saber.

Priorizaremos uma metodologia dialética, com recursos diversificados, em que os conteúdos sejam apresentados de forma interdisciplinar e que tenham relação concreta com o cotidiano, aberta à discussão de temas sócio-econômico-político e cultural e que permitam aos educadores e educandos uma análise constante da realidade.

A aprendizagem um processo dinâmico, cumulativo e permanente, produzido cultural e historicamente. Ocorre pelo processo de interação e mediação entre sujeitos numa construção coletiva do conhecimento. Buscamos uma aprendizagem efetiva e qualitativa, levando o aluno a atuar em um mundo em constantes mudanças, aprendendo com as diversidades e em busca de autonomia para modificar o meio onde vive; reduzindo as desigualdades sociais.

O letramento tem como objeto de reflexão, de ensino, ou de aprendizagem os aspectos sociais da língua escrita. Assumir como objetivo o letramento no contexto do ciclo escolar implica adotar na alfabetização uma concepção social da escrita, em contraste com uma concepção tradicional que considera a aprendizagem de leitura e produção textual como a aprendizagem de habilidades individuais. Essa escolha implica, ainda, que a pergunta estruturadora/estruturante do planejamento das aulas seja: “quais os textos significativos para o aluno e para sua comunidade”,

em vez de: “qual a seqüência mais adequada de apresentação dos conteúdos (geralmente, as letras para formarem sílabas, as sílabas para formarem palavras e das palavras para formarem frases)”.

Determinar o que seja um texto significativo para a comunidade implica, por sua vez, partir da bagagem cultural diversificada dos alunos, que, antes de entrarem na escola, já são participantes de atividades corriqueiras de grupos sociais que, central ou periféricamente, com diferentes modos de participação (mais ou menos autônomos, mais ou menos diversificados, mais ou menos, prestigiados), já pertencem a uma cultura letrada. A prática de uso da escrita dentro da escola envolve prioritariamente a demonstração da capacidade individual de realizar todos os aspectos de todas as atividades, seja: soletrar, ler em voz alta, responder a perguntas oralmente ou por escrito, escrever uma redação ou um ditado.

A diferença entre ensinar uma prática e ensinar para que o aluno desenvolva uma competência ou habilidade não é mera questão terminológica. Na escola, onde predomina a concepção da leitura e da escrita como competências, concebe-se a atividade de ler e escrever como um conjunto de habilidades progressivamente desenvolvidas até se chegar a uma competência leitora e escritora ideal: a do usuário proficiente da língua escrita.

Para Luckesi (2003) a avaliação é a tomada de posição a partir de um conjunto de avaliações que vão realimentar os processos de mudanças e decisões. É um diagnóstico da qualidade dos resultados intermediários ou finais e a retomada do curso da ação se ele não tiver sido satisfatório.

Precisamos construir uma avaliação como forma de diagnosticar as falhas na aprendizagem para se buscar possíveis soluções. Precisamos de uma avaliação com regras claras e definidas, havendo coerência entre a forma de ensinar e de avaliar, enfim queremos uma avaliação diagnóstica que seja de fato um instrumento sério onde o aluno realmente tenha vontade de mostrar o que aprendeu para sua vida integrando o novo conhecimento ao que possuía.

Com relação à organização da sala de aula, queremos construir uma relação de diálogo e respeito entendendo como Franco (2000) que:

“ A disciplina não diz respeito somente ao comportamento dos alunos, diz respeito a todos os elementos envolvidos com a prática escolar e precisa ser compreendida como algo necessário para atingir um fazer pedagógico coerente e eficaz, estando, dessa maneira, intimamente relacionada à forma como a escola organiza e desenvolve o seu trabalho”.

Para Makarenko, a disciplina é necessária para se atingir às finalidades da educação. Exigir o máximo do aluno, sem ferir o que está além de suas potencialidades. Respeitar profundamente o aluno como ser humano e estar convicto de que o homem só se realiza na vida social, democrática, feita de regras coletivas. Procura com isso, de um lado, repudiar o simples arbítrio e incentivar um assumir responsável e organizado do educando, e, de outro, desenvolver formas participativas de gestão, como instrumento indispensável para a superação do simples autoritarismo. A disciplina é a capacidade de abster-se de atitudes que servem para proporcionar proveito pessoal e, que, no entanto, podem prejudicar sua vida, sua conduta, terceiros ou toda sociedade.

Para Gramsci, a disciplina significa a capacidade de comandar a si mesmo, de se impor aos caprichos individuais. Isso só pode ser alcançado se a disciplina for fixada pelos próprios membros da coletividade. Para ele, o trabalho escolar, preocupado em propiciar ao aluno as condições para ser dirigente e não subalterno, exige esforço, trabalho e disciplina. A escola não é um lugar de ensino fácil e atraente em todos os momentos, mas um local que, dentro dos limites do aluno, delimita renúncias. Isso porque o progresso do aluno, rumo aos conhecimentos elaborados historicamente pelo homem, não se pode dar a não ser através de muita concentração e dedicação.

Snyders sinaliza que a escola deve estar ligada a realidade, aos quais os alunos não se sintam um “corpo estranho”, e potencialmente voltado ao fracasso,

“uma escola onde o aluno é feliz, de uma felicidade que não exclui momentos difíceis”.

Entendemos que o argumento é necessário para o consenso. A autonomia de pensamento é necessária para a participação. Participação, consenso e autonomia: elementos que geram atitudes.

Essa é a atitude ideal para a construção de uma escola democrática. Para formar um aluno com ampla capacidade é preciso pensar em ações possíveis a serem desenvolvidas a partir da realidade atual.

A atividade de estágio não obrigatório é oportunizada aos alunos como uma ação que lhes proporcionem aprendizagem social, profissional, cultural, através da sua participação em atividades de trabalho vinculadas à sua formação. O estágio não obrigatório constitui-se em atividade complementar à formação do aluno, realizado por livre escolha do mesmo.

A escola prioriza ações que oportunize ao aluno acesso ao mercado de trabalho, sempre com embasamento que o trabalho pode ser abordado a partir de diversos enfoques. A sua definição básica indica que é a medida do esforço feito pelos seres humanos. Na visão neoclássica da economia, por exemplo, constitui um dos três factores da produção, juntamente com a terra e o capital.

Ao longo da história, a forma predominante do trabalho foi a escravidão (trabalho forçado, em que um homem domina outro, impedindo-o de tomar decisões livremente). A partir de meados do século XIX, a escravidão começou a diminuir e foi declarada ilegal. Desde então, o trabalho assalariado passou a ser a forma dominante do trabalho.

Esta concepção do trabalho indica que um indivíduo realiza uma certa atividade produtiva pela qual auferir um salário, isto é, o preço do trabalho dentro do mercado laboral. A relação de trabalho (relação laboral) entre o empregador (a entidade patrona) e o empregado está sujeita as diversas leis e convenções, embora

também exista aquilo que se chama de trabalho ao negro (contratações realizadas de forma ilegal e que permitem explorar os interesses do trabalhador).

A tecnologia é o “estado da arte” da técnica - e desta forma não está restrita ao curso estritamente capitalista. Como tem a terminação logos, (tecnologia) será conhecimento, interpretação, aplicação e/ou estudo da técnica e das suas variáveis, enquanto aplicação e aplicativo, ao longo da história e em determinada sociedade.

A tecnologia também pode ser entendida como o conhecimento técnico acumulado, a capacidade ou a arte necessárias para projetar, investigar, produzir, refinar, reutilizar/re-empregar técnicas, artefatos, ferramentas, utensílios, equipamentos (e conhecimentos técnicos elaborados), novos e antigos, com a mesma finalidade (mas com maior resultado) ou outros usos diferentes (até inesperados), mas sobretudo que sejam capazes de criar, transformar e modificar materiais, recursos, insumos ou a natureza como um todo, o entorno social e o próprio homem, em virtude do engendramento de novas ações, aportes, suportes, especialmente se resultarem em modificações de todos os envolvidos (base técnica e relações humanas) pelos novos usos e utilidades.

Para Espinas “A tecnologia compreende três espécies de problemas, resultante de três pontos de vista sob os quais as técnicas podem ser encaradas: primeiro é preciso proceder à descrição analítica das artes, tais como elas existem num momento dado numa sociedade dada...Em segundo lugar, é preciso procurar saber sob que condições, em virtude de que leis, cada grupo de regras entra em jogo, a que causas devem a sua eficácia prática...Em terceiro lugar, tem lugar um estudo do devir desses mesmos órgãos, quer ele incida sobre o nascimento, o apogeu e o declínio de cada um deles numa sociedade dada, quer incida sobre a evolução de toda a série das técnicas na humanidade...O conjunto destes três estudos forma a Tecnologia geral.

Precisamos criar um clima favorável para a motivação, levando em conta que estudar é um ato intencional nem sempre gostoso (senão provocamos os erros

da não-diretividade). A criação desse clima depende muito do planejamento de aula que o professor faz, em comunhão com seus pares (interdisciplinariedade), organizando atividades para todo o grupo e atividades diferenciadas conforme as necessidades dos alunos. Nesse sentido, essa ação se refere à ação docente, à adoção de uma postura séria do plano de ação docente.

Finalmente, com relação aos alunos é preciso compreender como ocorre o processo de aprendizagem (metacognição e autoavaliação) isso é uma ação imprescindível para o estabelecimento de regras e responsabilidades porque elas só terão sentido quando se compreender a finalidade de seu cumprimento: a aprendizagem e a possibilidade de ser um sujeito construtor e participante da sociedade em construção que sonhamos incansavelmente. Para ampliar as relações dos alunos com a escola e interagindo com a comunidade propomos as AACC – Atividades Complementares Curriculares de Contraturno como o Fecomércio de segunda a sexta feira das 14h00min às 17h00min, Macrocampo Cultura e Arte – Atividade Música nas terças e quartas feiras das 17h50min às 19h30min, Macrocampo Esporte e Lazer – Atividade Hora treinamento Futebol nas quintas e sextas feiras das 17h30min às 18h40min, Macrocampo Esporte e Lazer – Atividade Esporte nas terças e quartas feiras das 17:50 às 18:40 h. Estas atividades buscam ampliar o tempo do aluno em atividades de interação sócio educativas no ambiente escolar, buscando ampliar a formação geral dos alunos e a integralidade do período dos alunos na escola.

A sala de apoio oferece atendimento especializado aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, desenvolvendo seus potenciais para o crescimento de seu desempenho. O trabalho na sala de apoio deve ser calcado no respeito às diferenças individuais bem como no direito de cada um ter oportunidades iguais, mediante atendimento diferenciado.

A sala de recurso que visam garantir o acesso de todos os alunos à escola, assegurando às pessoas com deficiência um tratamento não discriminatório e garantindo sua participação com qualidade nos estabelecimentos de ensino.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação, a Sala de Recursos é um serviço especializado de natureza pedagógica que apoia e complementa o atendimento educacional realizado em classes comuns do ensino fundamental de 6^a a 9^a ano do Ensino Fundamental.

O atendimento possui caráter transitório, e é específico aos alunos regularmente matriculados do ensino fundamental de 6^o ao 9^o ano. Portanto, exige a obrigatoriedade de matrícula na classe comum do ensino regular. São atendidos no programa de apoio especializado em sala de recursos de 6^o ao 9^o ano, os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais: alunos egressos da educação especial ou de sala de recursos de 1^o ao 5^o ano, e ainda aqueles que apresentam problemas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, distúrbios de aprendizagem e/ou deficiência mental e que necessitam de apoio especializado complementar para obter sucesso no processo de aprendizagem na classe comum.

O CELEM contempla a necessidade fixada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) em seu artigo 36, inciso III, sobre a oferta de uma segunda Língua Estrangeira Moderna no Currículo do Ensino Médio. Com

Com a vigência da Lei nº 11.161/2005 ficou estabelecido nacionalmente que “o ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado gradativamente, nos currículos plenos do Ensino Médio” (art. 1^o), cuja conclusão do processo deverá ser realizada no prazo de cinco anos, a partir da implantação da citada Lei.

Dessa forma, todas as escolas públicas e privadas deverão a partir de 2010 oferecer no mínimo, duas línguas estrangeiras modernas, uma de matrícula obrigatória e outra de matrícula optativa para os alunos, sendo que uma das Línguas Estrangeiras terá que ser a Língua Espanhola.

2. Princípios norteadores:

Delinear a identidade da escola pressupõe a observância dos princípios norteadores estabelecidos constitucionalmente:

- *Igualdade*: Todos têm direito ao acesso e permanência na escola. Todos devem respeitar e ser respeitados nas suas diferenças de etnia e diversidade cultural, orientação sexual, religião, condição sócio-econômica, necessidades educativas especiais, numa perspectiva inclusiva. Para os alunos com necessidades educativas especiais será ofertado apoio e serviço especializado, de acordo com o previsto e disponibilizado pela mantenedora.

- *Qualidade*: A qualidade buscada diz respeito à qualidade social. Não pode ser vista apenas como domínio da informação, mas aprender a fazer e a reprocessar as informações que fundam o saber e o fazer. Não significa ensinar para responder as necessidades do mercado, mas considerar o saber como um instrumento para a conquistada cidadania.

- *Valorização dos Trabalhadores em Educação*: A valorização se dará através da oportunidade de promoção, formação continuada, condições dignas de trabalho, carreira e salários dignos proporcionadas pela escola e mantenedora, cada uma em seu âmbito de atuação.

- *Gestão democrática*: A gestão democrática será garantida pela participação na construção de instrumentos de gestão democrática através de eleição direta de diretor e diretor auxiliar, participação no Conselho Escolar e órgãos representativos dos diversos segmentos da comunidade escolar: APMF, Grêmios Estudantil e Conselho de Classe.

- *Liberdade*: Todos exercerão o direito de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Será construída na vivência coletiva e nas relações interpessoais.

- *Autonomia*: A comunidade escolar usufruirá de autonomia que lhe for garantida na forma da lei.

A efetivação do Projeto Político Pedagógico se dará através da gestão democrática, estabelecendo critérios e formas de Avaliação.

Gestão Democrática

De acordo com VEIGA (1998) a gestão democrática deve ser vista como uma forma de administrar, em que a comunicação e o diálogo, sejam a estrutura deste processo, cabendo ao gestor assumi-lo com liderança, cumprindo com as funções que lhes são cabíveis: função social e pedagógica, competência técnica e política. Ao assumir este papel, o gestor deve buscar em sua prática a articulação dos diferentes segmentos da comunidade escolar (alunos, pais, professores, equipe pedagógica, funcionários) e os órgãos colegiados (APMF, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil) permeados pelo Projeto Político Pedagógico da escola, tendo a finalidade de obter melhores resultados nas tomadas de decisões.

A participação de toda a comunidade na escola não é uma concessão, mas uma prática que expressa princípios, que influenciam na qualidade da educação e está vinculada a um projeto coletivo por uma sociedade não excludente.

A democracia se expressa na organização, na gestão da escola, no currículo e está articulada a um projeto de escola, de educação e de sociedade, fundamentada por uma dimensão epistemológica, política, ética e estética.

A gestão democrática deve ser uma prática cotidiana, tendo como princípios a reflexão, a compreensão e a transformação de uma realidade que às vezes, pode não estar satisfazendo às necessidades dos educandos. Ela deve articular práticas democráticas no exercício da cidadania, efetivando-se com uma prática permanente de formação de sujeitos críticos, participativos, democráticos e solidários.

De acordo com Bordignon (2000, p.168) alguns elementos são essenciais à prática da gestão democrática:

- **Autonomia:** luta para resgatar o papel e o lugar da escola como eixo do processo educativo autônomo, não sendo a escola uma mera reprodutora de ordens e decisões elaboradas fora do seu contexto.
- **Participação:** a participação é condição para a gestão democrática, uma não é possível sem a outra. Participar é todos contribuírem com igualdade de oportunidades de algo que pertence a todos: a escola pública. Requer a repartição coletiva do sucesso, não apenas da responsabilidade. A participação não diz respeito somente à comunidade interna, mas à comunidade externa a quem a escola serve.
- **Clima organizacional:** determina a vontade dos membros de participar e alienar-se do processo educativo. É importante que as pessoas gostem do que fazem e sintam prazer em estar ali. Para isso é fundamental que:
 - As finalidades e os objetivos estejam claramente definidos e sejam conhecidos de todos os participantes.
 - As responsabilidades e ações de cada um estejam claramente atribuídas pelo coletivo.
 - A direção seja concebida como a coordenação das “alteridades”, das diferenças entre os iguais.
 - As pessoas sejam situadas como sujeitos, porque somente sujeitos são cidadãos, capazes de se comprometer e participar com autonomia.
 - Os conflitos não sejam negados, mas mediados dialeticamente, pois são inerentes à condição humana emancipada e resultam da pluralidade dos saberes e visões de mundo, que constituem a riqueza da instituição.
 - A informação flua límpida e transparente, pois é a matéria-prima da gestão.
 - O respeito profissional seja cultivado acima das divergências.

Finalizando, a construção de uma educação emancipatória e, portanto, democrática se constrói por meio da garantia de novas formas de organização e gestão, distribuição de poder que só é possível a partir da participação ativa dos cidadãos na vida política.

Segundo Saviani, o currículo deve ser uma organização das atividades nucleares, distribuídas no espaço e no tempo escolar. Um currículo é, pois, uma escola funcionando, uma escola desempenhando a sua função própria.

O currículo como configurador da prática, produto de ampla discussão entre os sujeitos da fundamentado nas teorias críticas e com organização disciplinar, considerando as concepções de conhecimento considerando suas dimensões científicas, filosófica, enfatizando-se a importância de todas as disciplinas.

As diretrizes são elementos norteadores da organização do trabalho pedagógico e no cotidiano da escola e serão implementados na construção da proposta pedagógica com base disciplinar, permitindo o desenvolvimento de projetos multi e interdisciplinares.

A interdisciplinariedade está relacionada a conceito de contextualização sócio histórica como princípio integrador do currículo. Propondo uma articulação que vai além dos limites cognitivos próprios das disciplinas escolares ao se fundamentarem em aproximações fundamentais em aproximações conceituais, coerentes e nos contextos sócio-históricos, possibilitando condições de existência e constituição dos objetos dos conhecimentos disciplinares.

A organização dos conteúdos será por séries no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio. Será organizado por período (trimestre) no Ensino Técnico Subsequente (bimestre).

As turmas serão organizadas de forma a atender as necessidades dos alunos, respeitando o critério da heterogeneidade, o que propicia as trocas de experiências nas atividades do grupo. A questão da inclusão também será

contemplada na formação e organização das turmas. Valorizando o avanço individual de cada educando, com atividades diversificadas que proporcionem um avanço significativo na aprendizagem.

A articulação da escola no Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano ocorrerá com propostas pedagógicas que garantam um trabalho de qualidade no interior da escola que propicie a aquisição dos conhecimentos de forma qualitativa.

Avaliação Institucional

O papel da escola na construção e busca da integração do mundo cultural articulado com a integração curricular, torna possível a interação entre as várias esferas institucionais da educação pública estadual.

Ao partirmos de uma concepção de educação baseada na formação humana, na mediação do saber historicamente produzido e na construção da cidadania, a proposta de avaliação sistemática da escola dar-se-á na perspectiva crítica, transformadora, formativa, emancipadora, abrangente, articulada, realizada coletivamente por todos os envolvidos no processo educacional. Ela deve estar inserida num processo de avaliação institucional da SEED, envolvendo todas as instâncias que compõem o sistema educacional do Paraná, ou seja, a SEED, núcleos e escolas.

Deve ser fundamentada em seus aspectos políticos (relações de poder); técnicos (metodologias de suporte); sociais (os sujeitos e suas relações); simbólicos (valores e significados assumidos tanto para a escola quanto para a sociedade).

De acordo com as Diretrizes para Avaliação Institucional na Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná (2005), deve ser um espaço de reflexão, reelaboração de rumos, ações e perspectivas, buscando a contínua melhoria do trabalho e das condições ambientais e pedagógicas. Ao lançar um olhar sobre o todo, cada um dos diferentes segmentos da escola pode avaliar o que é realizado, apontar suas necessidades e demandas, repensar o seu plano de ação e planejamentos para que exista um avanço de qualidade na gestão democrática,

contribuindo para subsidiar, permanentemente, o processo de decisões em todos os níveis, tanto internos na escola como nos núcleos e SEED.

Internamente a escola busca através de análises anuais identificar a evolução dos seus trabalhos cotidianos onde os seus profissionais, comunidade acadêmica opinam em relação as suas responsabilidades e desafios para contribuir para o fortalecimento da identidade da escola, intensificando estratégias para a participação dos órgãos colegiados, melhoria nos planos de estudo e otimização do tempo disponível, melhoria da participação de pais na motivação e estímulo aos filhos, identificação da identidade e do reconhecimento público dos valores comuns da organização escolar.

Em relação às avaliações externas, a escola preocupa-se em apresentar planilhas e demonstrações visuais que demonstrem a comunidade escolar seu resultado comparativo entre anos anteriores, ou seja, sua evolução comparativa consigo mesmo, com outras unidades do município, estado e federação. Através dos dados SAEB (Sistema de Avaliação da Educação)-Prova Brasil, ENEM(Exame Nacional do Ensino Médio) e IDEB(Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

VI. MARCO OPERACIONAL

Diante da realidade educacional e na expectativa de alcançarmos os propósitos elencados no ato conceitual, nos posicionamos para as seguintes linhas de ações, delineadas nos cinco eixos do Plano de Ação da escola:

A ação pedagógica está fundamentada na educação que transforma o educando em sujeito do seu próprio desenvolvimento social e intelectual, cuja metodologia de ensino e aprendizagem está voltada ao desenvolvimento do raciocínio lógico e conseqüentemente, levando-os a capacidade de ação, de inovação, criando um clima favorável a evolução do saber e da cultura, do prazer e da alegria em aprender.

A- Gestão democrática

- Que as ações sejam coletivas, onde as pessoas da comunidade escolar participem das decisões, atuando conjuntamente, construindo uma sociedade democrática, justa, livre e forte o suficiente para se manter livre;
- Que o relacionamento entre os segmentos da comunidade escolar seja em clima de cordialidade e respeito às diferenças;
- Que a inclusão aconteça em todas as suas dimensões atendendo as reais necessidades dos educandos, direcionando ações que evitem as discriminações étnico-raciais, políticas , econômicas, sociais e tantas outras enfrentadas no cotidiano escolar;
- Que alunos, pais, professores e funcionários participem ativamente dos eventos: reuniões, mostra científica, atividades de campo, visitas técnicas, atividades complementares, oficinas, encontros, cursos de formação e aperfeiçoamento promovidos pela escola;
- Que a cidadania seja praticada em todas as dimensões da escola, com ações práticas e que estas promovam mudanças comportamentais na sociedade.
- Que a ética, compreendida na visão de Vazquez (2002) seja assumida por todos os atores sociais da comunidade escolar como uma responsabilidade pessoal e coletiva;

B- Proposta Pedagógica

- Os conteúdos sejam integrados, desenvolvidos de forma interdisciplinar e tenham relação concreta com o cotidiano;
- O educando seja considerado agente do processo educativo;
- Os valores como tolerância, respeito, justiça, responsabilidade, paz, sejam buscados por toda a comunidade escolar;

- A relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem seja interativa, sendo ambos sujeitos ativos;
- O professor seja um mediador dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, proporcionando ao educando a oportunidade de realizar uma relação do senso comum e o conhecimento científico;
- Sejam viabilizados métodos e estratégias mais adequadas para a promoção do ensino-aprendizagem;
- Atividades que possibilite ao educando a compreensão da sociedade capitalista e as relações com o trabalho;
- Promover atividades na escola que envolvam o maior número de pais atuantes nas instâncias colegiadas do estabelecimento;
- Incentivo a efetivação do papel do Grêmio Estudantil, desenvolvendo ações que promovam o censo crítico e a liderança com responsabilidade;
- Estabelecimento de parcerias com os seguimentos da sociedade, promovendo ações práticas para a promoção do desenvolvimento integral dos educandos. As AACC – Atividades Complementares Curriculares de Contraturno como o Fecomércio, Macrocampo Cultura e Arte – Atividade Música, Macrocampo Esporte e Lazer – Atividade Hora treinamento Futebol, Macrocampo Esporte e Lazer – Atividade Esporte seleciona alunos seguindo critérios como:

Fecomércio = alunos com renda familiar inferior a três salários mínimos per capita e que estejam no ano série do Ensino Médio e para o letramento no 6º ano do Ensino Fundamental.

Macrocampo Cultura e Arte – Atividade Música = alunos do Ensino Médio e que apresentem afinidade com a área cultural.

Macrocampo Esporte e Lazer – Atividade Hora treinamento Futebol = alunos do Ensino Fundamental com interesse pela atividade.

Macrocampo Esporte e Lazer – Atividade Esporte = alunos do Ensino Fundamental com interesse pela atividade.

As propostas contarão com planejamento técnico, com os conteúdos a serem abordados e metodologias específicas de trabalho para as atividades. Os professores farão o acompanhamento da frequência através da lista de chamada e o desenvolvimento do aluno através dos planos de aula e relatórios.

- Na sala de apoio os professores da sala regular faz a sondagem diagnóstica identificando as principais defasagens dos alunos, fixando os alunos que devem ser encaminhados para as salas de apoio. Os alunos serão trabalhados de acordo com as dificuldades apresentadas e poderão ao final de cada ciclo de análise ser retirados das atividades considerando a melhoria de seu rendimento nas classes regulares. Todo o trabalho realizado durante a avaliação no contexto escolar deverá ser descrito em Relatório individualizado demonstrando os progressos e cuidados com cada aluno. Com a conclusão dos trabalhos anuais deverá ser produzido um relatório final que demonstre a importância do trabalho como um todo e especificamente a evolução dos participantes neste processo o longo do ano letivo.

- Na sala de recursos necessariamente o aluno deverá participar de uma avaliação prévia dos alunos, deverá ser realizada no contexto do ensino regular, pelo professor da classe comum, professor especializado e equipe técnicopedagógica da escola, com assessoramento de uma equipe multiprofissional (externa), principalmente com atestado de saúde e equipe do núcleo regional de educação e/ou secretaria municipal de educação, quando necessário.

O aluno deverá receber atendimento de duas a quatro vezes por semana, não ultrapassando duas horas diárias, em horário diferente daquele em que frequenta a classe comum por faixa etária e/ ou conforme as necessidades pedagógicas semelhantes. A equipe pedagógica juntamente com a professora deverá produzir relatórios semestrais de acompanhamento sendo que é necessário que o profes-

sor da sala de recurso esteja em contatos periódicos com os demais professores da classe comum, para o acompanhamento do desenvolvimento do aluno.

O professor da sala de recursos deve participar das atividades do calendário escolar, inclusive nos conselhos de classe sempre com a intencionalidade de registrar sistematicamente o trabalho e resultados desenvolvidos pelos alunos. A permanência do aluno da Sala de Recursos terá caráter transitório, dependendo da natureza de suas necessidades pessoais e das atividades programadas.

- A proposta para o CELEM é a de oportunizar a formação bilíngue dos alunos sempre avaliada ao longo do processo com avaliações sistematizadas ao longo dos trimestres do ano letivo.

Avaliação do ensino/aprendizagem

No processo educativo, a avaliação deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Desta forma, a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que, o fim deste processo é a aprendizagem, ou a verificação dos resultados apresentados pelos educandos, permitindo que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica.

A avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e a aprendizagem no sentido de acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar dificuldades e fazer emergir novas práticas educativas(LIMA, 2002).

A perspectiva de avaliação da qual partimos é a diagnóstica, perspectiva definida por Luckesi (2003) sendo a mesma assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que se possa avançar no seu processo de aprendizagem.

A avaliação nesta perspectiva visa contribuir para a compreensão das dificuldades dos educandos, com uma visão geral das mudanças necessárias para que a aprendizagem se concretize e que a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos.

Se a proposição curricular visa à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, a ação pedagógica que se realiza na escola deve contribuir para essa formação.

A avaliação é compreendida como uma questão metodológica, de responsabilidade do professor, é determinada pela perspectiva de investigar para intervir. A seleção de conteúdos, os encaminhamentos metodológicos e a clareza dos critérios de avaliação elucidam a intencionalidade do ensino, enquanto a diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação que possibilite aos educandos várias oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento. Ao professor compete acompanhar a aprendizagem dos seus educandos e o seu desenvolvimento dos processos cognitivos.

O sistema de avaliação deve envolver todo o coletivo da escola, para que todos (direção, equipe pedagógica, pais, alunos) assumam seus papéis e se concretize um trabalho pedagógico relevante para a formação dos educandos.

Devem ser estabelecidos padrões mínimos de conhecimentos necessários, pelo coletivo dos educadores, que devem planejar o que é o mínimo necessário a ser trabalhado com seus alunos para que todos o atinjam. De acordo com Luckesi, para a prática de avaliar necessitamos de um currículo centrado no desenvolvimento, na construção, na experiência da igualdade e da democracia.

Luckesi afirma que para mudar a situação crônica de exclusão a que a escola está encarcerada deve-se recorrer a três características da avaliação, exatamente opostas às características dos exames. A avaliação é diagnóstica, por

isso, dinâmica e inclusiva. À avaliação interessa o que estava acontecendo antes, o que está acontecendo agora e o que poderá acontecer depois com o educando, na medida em que ela está a serviço de um projeto pedagógico construtivo, que olha para o ser humano como um ser em construção permanente.

Não existe instrumento de avaliação capaz, por si só, de detectar a totalidade do processo de conhecimento. Por isso, faz-se necessário pensar em instrumentos diversificados adequados as finalidades a que se destinam para que, conjuntamente, contribuam para uma leitura mais completa do processo de aprendizagem dos alunos. Uma prática docente e discente pautada nos princípios da pedagogia histórico-crítica requer coerência na utilização dos diversos instrumentos avaliativos. Estes devem estar em consonância com os procedimentos didáticos utilizados durante o estudo dos conteúdos. Entre eles: pesquisa de campo, oficinas pedagógicas, trabalhos em grupo, debate e discussão, estudo dirigido, estudo de texto, atividades práticas em laboratórios, oficinas escolares, entrevista, observação, visitas, estágios, entre outros.

Embora a avaliação aconteça sistematicamente durante as atividades de ensino e aprendizagem é preciso que cada momento avaliativo seja planejado. O professor possa realizar a avaliação por meio de observação sistemática utilizando instrumentos como registro em tabelas ou listas, por meio da análise da produção escrita, oral ou por motivos figurativos dos alunos, em equipes ou individuais. Entre estes instrumentos as avaliações escritas também têm seu lugar, elas devem ser um momento especial de estudo, porém alguns critérios devem ser observados na sua elaboração.

Em primeiro lugar, de acordo com Moretto (1990), a pergunta deve ser acompanhada de um contexto, por meio do qual os alunos possam perceber as relações que precisam ser estabelecidas. Os parâmetros que serão utilizados na correção da resposta devem estar bem explicitados para que o aluno não queira adivinhar o que o professor “quer” que ele responda.

O contexto também deve favorecer a leitura e as perguntas devem provocar argumentações, descrições ou relações. O aluno deve ser estimulado a escrever, a realizar diversas operações mentais para responder e não apenas transcrever o memorizado.

A autoavaliação, um instrumento fundamental para a concretização da avaliação contínua e formativa. Por meio dela é que ocorre o processo de metacognição. Esta consiste nos mecanismos de controle e ajuste do aluno sobre seus próprios processos de aprendizagem combinando e articulando as tarefas e os processos de cognição que utiliza na conquista do conhecimento e que resultam numa aprendizagem singular, partilhada e enriquecida pela mediação do grupo e do professor nos debates (Romanowski e Anastasiou, 2004).

A realização de ações avaliativas planejadas, com registros permanentes do aproveitamento escolar, em dois blocos de 5,0 pontos é um indicativo seguro para apontar alunos que precisam de recuperação de aprendizagem, antes do resultado final de cada trimestre.

A recuperação de estudos será ofertada como direito a todos os alunos, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, será integrada, permanente e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem, por meio de retomada dos conteúdos das disciplinas trabalhadas, através de atividades significativas, utilizando-se de diferentes instrumentos didáticos-pedagógicos. Os resultados da recuperação serão incorporados as avaliações efetuadas durante o período letivo, se constituindo em mais um componente do aproveitamento escolar e terá o registro como nota expressa, e prevalecerá a nota maior.

A classificação posiciona o aluno na etapa de estudo compatível com a idade, experiência e desenvolvimento adquirido por meios formais ou informais e será realizada por promoção, para alunos que cursara, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola; por transferência para os alunos procedentes de outras escolas, do país ou do exterior, considerando a classificação da escola de origem; independente da escolarização anterior, mediante avaliação para

posicionar o aluno no ano compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência. Os procedimentos para a efetivação da classificação em caráter pedagógico será realizada com a organização formada por docentes, pedagogos e direção da escola para efetivar o processo; realização de avaliação diagnóstica documentada pelo professor ou equipe pedagógica com comunicado prévio a respeito do processo ao aluno. Ao final serão arquivadas as atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados e registrar os resultados no Histórico escolar.

A reclassificação é um processo pedagógico que se realiza com a avaliação do aluno matriculado e com frequência no ano sob a responsabilidade do estabelecimento de ensino, que, considerando as normas curriculares, encaminha o aluno à etapa de estudo/carga horária das disciplinas compatível com a experiência e desempenho escolar demonstrados, independente do que registre o seu Histórico Escolar. Ao constatar a possibilidade do aluno obter avanço da aprendizagem a escola notificará o NRE para que este proceda orientação e acompanhamento quanto aos preceitos legais, éticos e das normas que o fundamentam.

A comissão elaborará relatório referente ao processo de reclassificação, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivadas na Pasta Individual do aluno. Esta comissão deverá acompanhar o aluno, durante dois anos, quanto aos seus resultados de aprendizagem.

A adaptação de estudos de disciplinas é atividade didático-pedagógica desenvolvida sem prejuízo das atividades previstas na Proposta Pedagógica Curricular, para que o aluno possa seguir o novo currículo. A adaptação de estudos será realizada considerando a Base Nacional Comum com a responsabilidade da equipe pedagógica e docente, que deve especificar as adaptações a que o aluno está sujeito, elaborando plano próprio, flexível e adequado ao aluno. Ao final do processo de adaptação será elaborado Ata de resultados com registros no Histórico Escolar do aluno e no Relatório Final.

O Conselho de classe como instrumento democrático, tem por objetivo o acompanhamento de todo o processo da avaliação, analisando e debatendo todos os componentes da aprendizagem dos alunos. Como instrumento democrático na instituição escolar, o Conselho de classe garante a efetivação do processo da avaliação, tanto em seus resultados sociais como pedagógicos.

Com muita clareza o inciso V, do artigo 24 da lei n. 9394\96 define que a avaliação não pode ser aceita como um simples instrumento classificatório, mas é necessário que a teoria da avaliação e a prática de salas de aula caminhem juntas, para que a práxis, permitindo os avanços tanto no procedimento metodológico da escola, como no programa social da educação, que passa necessariamente pela avaliação, capaz de apontar caminhos para toda construção, reconstrução e organização dos currículos, como também na atuação dos profissionais da educação e colegiados.

Planejar, agir, avaliar, realizar ajustes para obter o resultado desejado e encontrar estratégias que possibilitem aprender são ações que consistem num desafio e num compromisso estabelecido entre direção, equipe pedagógica, professores, pais, alunos e toda a comunidade.

C- Formação continuada

- Curso contínuo de forma sistematizada de utilização das mídias;
- Oficinas de disciplinas que oportunizem o momento de estudo e a troca de experiências;
- Atualizar programas educacionais que oportunizem sugestões e troca de experiências por disciplina;
- Formação docente contínua com socialização dos conhecimentos didáticos, no planejamento do plano de trabalho docente de forma interdisciplinar.

D- Qualificação dos equipamentos e espaços

- Envolvimento de toda a comunidade escolar com o compromisso de conservar o patrimônio público, espaço ambiental e escolar, mantendo-os limpos, organizados e o mais agradável e prazeroso;
- Ampliar a quantidade de equipamentos tecnológicos, equiparando com o número de alunos em sala de aula.

E. Organização interna da escola

Para a concretização das linhas explicitadas é imprescindível que a organização interna da escola esteja voltada para essa finalidade em cada função, órgão colegiado, disponibilidade de recursos, utilização dos espaços educativos. Cada membro da comunidade escolar efetivamente cumpra as suas responsabilidades com profissionalismo e dedicação, sentindo-se como agente ativo e responsável pelas transformações positivas que ocorrem na escola.

Funções específicas de cada segmento da comunidade escolar:

Descrevemos em linhas gerais as funções de cada segmento, as quais estarão melhor especificadas no Regimento Interno, em anexo.

DIRETOR(A)

- Organizar o trabalho escolar desenvolvido por todos os segmentos da comunidade escolar, de natureza pedagógica, administrativo e financeira, ou seja, articular de forma que todos assumam seu trabalho de acordo com o Projeto Político-Pedagógico, observando os princípios da gestão democrática.
- Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor;
- Responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar;

- Coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação;
- Implementar a proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino, em observância às Diretrizes Curriculares ;
- Coordenar a elaboração do Regimento Escolar, Plano de Ação da Escola;
- Elaborar, juntamente com a equipe pedagógica o Calendário Escolar, de acordo com as orientações da SEED;
- Promover grupos de estudo, propondo alternativas para atender aos problemas de natureza pedagógico-administrativo no âmbito escolar;
- Manter e promover um relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- Promover a integração entre docentes dos Cursos Técnicos, Ensino Fundamental e Médio onde a troca de experiências oportunizará um crescimento profissional a todos.

PEDAGOGO(A)

- Organizar o trabalho pedagógico específico da educação escolar, fomentando o debate para a organização dos espaços, metodologias, atividades extracurriculares, currículo, questões disciplinares, avaliação, relação com a comunidade, construção cotidiana do Projeto Político-Pedagógico;
- Coordenar a construção coletiva e a efetivação da Proposta Curricular do Estabelecimento de Ensino, a partir de políticas educacionais da SEED e das Diretrizes Curriculares;
- Orientar o processo de elaboração do Plano de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores do estabelecimento de Ensino;

- Promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupo de estudos para a reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico visando a elaboração de propostas de intervenção para a qualidade de ensino para todos;
- Participar da elaboração de projetos de formação continuada dos profissionais do estabelecimento de ensino, que tenham como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;
- Proceder à análise dos dados do aproveitamento escolar de forma a desencadear um processo de reflexão sobre esses dados, junto à comunidade escolar, com objetivo de promover a aprendizagem de todos os educandos;
- Promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação , preconceitos e exclusão social;
- Acompanhar o processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;
- Orientar, coordenar, acompanhar a efetivação de procedimentos didáticos-pedagógicos referentes a avaliação processual e aos processos de classificação, aproveitamento de estudos, adaptação e progressão parcial, conforme legislação em vigor.
- Coordenar e acompanhar o processo de Avaliação Educacional no contexto Escolar, para os alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem, visando encaminhamentos aos serviços e apoio especializado;
- acompanhar a frequência escolar dos alunos, encaminhando para os órgãos competentes os casos necessários.

COORDENADOR(A) DE CURSO

Técnico em Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Edificações, nas modalidades integrada e subsequente.

- Elaborar, orientar e acompanhar a execução do plano de curso; assessorar os docentes nas questões pedagógicas; articular junto aos docentes, coordenação de estágio e equipe pedagógica para o bom desenvolvimento do curso, sem perder de vista o presente Projeto Político-Pedagógico;
- Viabilizar recursos didáticos, estimulando a dinâmica do trabalho em sala de aula, sugerindo novas práticas;
- Promover a intermediação com o mundo do trabalho (estágio , prática e projetos);
- Orientar e acompanhar os professores, juntamente com a equipe pedagógica, quanto a elaboração da Proposta Pedagógica Curricular, Plano de Curso e articulação do mesmo com a prática social e o mundo do trabalho, mediando os conteúdos relativos a sua área de atuação;
- Acompanhar o plano de trabalho docente, quanto ao desenvolvimento dos conteúdos estabelecidos para a disciplina e carga horária;
- Supervisionar as atividade de estágio e a prática Profissional em conjunto com o Coordenador de Estágio, estabelecendo novas parcerias para firmar cooperação técnica.

COORDENADOR(A) DE ESTÁGIO

Técnico em Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Edificações, nas modalidades integrada e subsequente.

- Acompanhar e orientar os estagiários dos cursos Técnicos, nas modalidades integrada e subsequente, definindo cronograma, controlando frequência;
- Providenciar contatos e convênios de estágio;

- Assegurar a integração com os componentes curriculares do curso e com o presente projeto.
- Orientar os alunos estagiários quanto a importância da articulação dos conteúdos aprendidos com a prática, no local de estágio;
- Manter o coordenador de curso e os professores informados quanto ao processo de articulação teoria – prática;
- Acompanhar o plano de estágio proposto pelo estabelecimento de ensino e aprovado pelo Núcleo Regional de Educação.

PROFESSOR(A)

- Organizar o trabalho de ensino-aprendizagem na sala de aula, bem como desenvolvimento de projetos e de atividades extraclasse tendo em vista a apreensão crítica do conhecimento do educando;
- Ser o mediador no processo de ensino/aprendizagem;
- Participar da construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico e da Proposta pedagógica e colocá-los em prática no seu âmbito de atuação.
- Elaborar com a equipe pedagógica, a proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino, em consonância com o PPP e as Diretrizes Curriculares;
- Elaborar o plano de trabalho docente que efetive uma aprendizagem de qualidade.

PROFESSOR (A)CONSELHEIRO(A)

- Ouvir as reivindicações, os anseios e as sugestões dos alunos, levando-as ao conhecimento da equipe pedagógica e ou a direção;
- Organizar a sala para melhor rendimento, observando as sugestões dos demais professores;

- Ser o elo entre todos os professores, a turma, a equipe pedagógica e a direção.

AGENTES EDUCACIONAIS

- Participar ativamente de todas as ações desenvolvidas pela escola, sendo entendido também como educador;
- Organizar o espaço, materiais e documentação escolar, nos diversos setores;
- Dar apoio logístico para o cumprimento do Projeto Político-Pedagógico;
- Participar na sua elaboração e efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Pano de Ação do Colégio.

REPRESENTANTE DOS AGENTES EDUCACIONAIS

- Representar os funcionários de cada segmento, ouvindo as reivindicações, sugestões e anseios dos colegas;
- Socializar as necessidades dos seus pares levando ao conhecimento da direção em momento oportuno;
- Participar das reuniões de assuntos relacionados aos interesses do segmento, passando as informações e direcionamentos ao segmento;
- Participar quando sugerido pelo corpo docente, das decisões do conselho de classe.

EDUCANDO(A)

Estão amparados pela Lei Federal nº8069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, da Lei 9394/96-m Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN, Decreto lei 1.044/69 e 6.202/75.

- Ter assegurado o direito de um ensino de qualidade, ministrados por profissionais habilitados para o exercício de suas funções e atualizados em suas áreas de conhecimento;

- Ter assegurado o princípio constitucional de condições de acesso e permanência no estabelecimento de ensino;
- Ser respeitado e respeitar a todos, sem qualquer forma de discriminação;
- Ter assegurado o direito a recuperação de estudos, no decorrer do ano letivo, mediante metodologias diferenciadas que possibilitem a aprendizagem;
- Receber atendimento domiciliar com acompanhamento, quando impossibilitado de frequentar a escola por motivo de enfermidade ou gestação e em caso de internamento hospitalar;
- Cooperar na manutenção e conservação das instalações escolares;
- Cumprir as ações disciplinares do estabelecimento de ensino;
- Tratar com respeito e sem discriminação professores, funcionários e colegas;
- Comparecer uniformizado e pontualmente às aulas e nas demais atividades escolares.

REPRESENTANTE DE TURMA

- Ser o elo de ligação entre a turma e o professor conselheiro;
- Contribuir com a equipe pedagógica e professores, levando as informações a respeito de atividades divulgando recados;
- Participar de reuniões de interesse dos alunos.

PAI/MÃE/RESPONSÁVEL

- Acompanhar a vida escolar do educando que está sobre a sua responsabilidade;
- Participar de reuniões e ou convocações feitas pela escola ou equipe pedagógica, cooperar para o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico. Participar da APMF.

Relações entre os aspectos pedagógicos e administrativos:

A função da instituição escolar é a formação Integral do Educando em todos os seus aspectos, o trabalho desenvolvido na escola tem o mesmo objetivo, por isso os aspectos pedagógicos são considerados importantes da mesma forma que os administrativos na gestão escolar, pois, para conseguirmos efetivar o ensino de qualidade com melhores resultados na aprendizagem dos educandos se faz necessário que todos os segmentos assumam seus papéis com responsabilidade e profissionalismo.

Papel das instâncias colegiadas:

As instâncias colegiadas representam os diversos segmentos da comunidade escolar e desempenham um papel importante e são imprescindíveis para que se tenha um projeto coletivo de educação. Descrevemos sinteticamente o papel de cada instância, uma vez que cada uma tem o seu estatuto ou regulamentação regimental.

CONSELHO ESCOLAR

Tem natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar. A função deliberativa refere-se à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas desenvolvidas no âmbito escolar. A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência. A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela comunidade escolar, objetivando a identificação de problemas, propondo alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola, bem como a qualidade social da instituição escolar. A função fiscalizadora refere-se ao

acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe está articulado ao Projeto Político Pedagógico, é um espaço democrático, presente na organização da escola, onde os professores das diversas disciplinas juntamente com a equipe pedagógica e direção reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho dos alunos, propondo ações que efetivem o trabalho pedagógico. A participação de alunos, será possível nos pré-conselho e no pós conselho, abordando sugestões e alternativas para contribuir para uma aprendizagem de qualidade a todos os educandos .

APMF

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários, não tem caráter político partidário, religioso, racial, fins lucrativos ou remuneração a seus membros. Tem como objetivos: discutir sobre ações de assistência ao educando, de aprimoramento do ensino e integração família-escola-comunidade, em consonância com a proposta pedagógica. Assume o papel ainda de buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada representando os reais interesses da comunidade escolar, colaborando também com a manutenção e conservação do prédio escolar e suas instalações, através de conscientização da comunidade para a importância desta ação. Acompanha a execução da Proposta Pedagógica.

GRÊMIO ESTUDANTIL

Representa o corpo discente com a função de defender os interesses individuais e coletivos dos alunos matriculados no colégio. Apresenta o papel de realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural e educacional, assim como a filiação às entidades gerais de estudantes em nível municipal, estadual e nacional, incentivando a cultura literária, artística e desportiva de seus membros. Defende a democracia permanente na escola, através do direito de participação nos fóruns internos de deliberação.

Recursos disponíveis para a realização do projeto:

A escola, através do seu Projeto Político-Pedagógico, consegue uma autonomia relativa, uma vez que os recursos humanos, materiais e financeiros ficam na dependência da mantenedora, a qual nomeia e contrata pessoal e repassa recursos para aquisição de materiais de consumo, equipamentos. Esta instituição escolar, para cumprir o presente projeto, disponibilizará todos os recursos disponíveis e aguarda contrapartida da mantenedora para a revisão do porte da escola, o repasse de recursos financeiros e liberação de verba para novas edificações.

Critérios para a elaboração do calendário escolar, horários letivos e não letivos:

O calendário escolar será elaborado de acordo com as instruções emanadas da entidade mantenedora, observadas as especificidades locais, inclusive com a previsão de 5% dos dias letivos destinados a atividades pedagógicas envolvendo direção, equipe pedagógica, professores e demais funcionários cumprindo a legislação vigente.

As reposições são organizadas durante o sábado do mês que ocorreu a falta com aviso antecipado fixado em lugar visível para todos os professores, ou na impossibilidade em contra turno.

Critérios para organização e utilização dos espaços educativos:

Os espaços escolares são todos espaços educativos e são organizados de forma a contribuir para a melhoria da aprendizagem e das relações sociais entre os diversos segmentos da comunidade escolar.

Laboratório de Química, Física , Biologia e Meio Ambiente, Matemática, Segurança do Trabalho, Edificações

É um espaço de aprendizado e disponível para aulas práticas para os alunos e professores das disciplinas de Ciências, Física, Química , Biologia e do Curso Técnico em Meio Ambiente e outros cursos, em conformidade com o planejamento. Para utilizar o laboratório deverá ser realizado pelo usuário o agendamento, fixando o dia e horário para as aulas práticas com a equipe pedagógica, devendo constar na agenda o nome da prática, objetivos, materiais necessários especificando a quantidade de reagentes, vidrarias e outros afins. Na ausência do laboratorista, o professor é o responsável pelo plano de gerenciamento de resíduos e seu destino, bem como o preparo, desenvolvimento e a organização da aula.

Biblioteca

É um espaço reservado para alunos, professores e funcionários para atividades extra classes, tais como: trabalhos, pesquisas, leituras etc. No início do ano letivo os responsáveis pela biblioteca deverão apresentar aos professores os acervos adquiridos e/ou recebidos. Poderá ser utilizada em horário de aula, pelos professores de literatura e em contra turno para outras atividades. Para frequentar a biblioteca, o aluno deverá estar uniformizado e para empréstimos de livros deverá ter sua carteirinha de utilização, respeitando os dias determinados em regulamento por questão de organização e segurança.

Laboratório de Informática

É um espaço tecnológico de apoio pedagógico, onde alunos, professores e funcionários, têm acesso às informações diversas, para realizações de atividades escolares. Todos os professores das demais disciplinas poderão utilizar o laboratório com seus alunos, desde que agende o dia e horário para as aulas práticas com a equipe pedagógica, observando a prioridade do horário da disciplina de informática. Deverão constar na agenda o nome da atividade, objetivos e estar de acordo com o planejamento. O CRTE estará atendendo e apoiando o desenvolvimento de projetos , capacitando professores e funcionários para a

inclusão digital. A manutenção dos equipamentos estará também sobre a responsabilidade do CRTE, devendo o usuário quando constatado o problema comunicar a secretaria da escola. Quanto à reposição de peças das máquinas serão de responsabilidade da escola. O aluno poderá utilizar o laboratório fora do horário de aula, desde que tenha um responsável para acompanhá-lo durante a realização da atividade, não será permitida ao aluno a impressão de documentos.

Salas de Aula

A distribuição dos alunos por sala é realizada de acordo com o número de alunos por turma, levando-se em conta seu perfil (modalidade de ensino).

Quadra Esportiva/Sala de material esportivo

A utilização da quadra de esporte é dos profissionais da área específica, portanto poderá ser utilizada no período intermediário para a realização de projetos de entidades parceiras, devendo ser previamente agendada. Durante o recreio poderá ser utilizada para atividades recreativas (projeto recreio lúdico). A sala de material esportivo é destinada à guarda dos materiais. Cabe aos professores de Educação Física, a manutenção, o zelo e controle dos mesmos e a responsabilidade pelas chaves.

Pátio

Servirá como acesso de alunos, professores e funcionários e outros aos diversos setores. Será utilizado como espaço educativo, durante as apresentações dos eventos e para o lazer dos alunos durante os recreios.

Material didático de Apoio

Serão disponibilizados kits com régua, lápis de cor, tesoura, cola para as aulas de Educação Artística e Arte, Sala de Apoio e Matemática para atendimento de alunos carentes, cabendo aos professores a responsabilidade da guarda e controle dos mesmos.

Estacionamento

Cada professor e funcionário tem um espaço disponível, caso queiram, para deixar seus veículos no estacionamento do colégio. A Direção do Colégio não se responsabiliza por danos e furtos que possam vir a ocorrer.

Estágio não obrigatório

O aluno participante deverá apresentar a idade mínima de 16 anos. A duração do estágio não obrigatório, contratado com a mesma instituição concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência. O termo de compromisso para a realização do estágio é firmado entre a instituição de ensino, o educando ou seu representante legal e a parte concedente, sempre observando o termo de convênio por meio da Secretaria de Estado da educação e a parte concedente, com a autorização do Governador do estado do Paraná. A escola contará com a mediação de professor especificamente designado para essa função, o qual será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades.

Sala de Recurso

Será disponibilizada em contra turno sala de recursos para atendimento individualizado aos alunos que apresentam deficiência intelectual e transtornos funcionais específicos. Os alunos do Ensino Fundamental com dificuldades na aquisição da aprendizagem acadêmica, são avaliados pela equipe pedagógica no contexto escolar e proposto aos responsáveis pelo educando a necessidade de uma avaliação por psicopedagogos e psicólogos para realizar diagnóstico que avalie as suas percepções: auditiva, visual, olfativa, tátil, gustativa, cognitiva, sócio afetivo emocional e motora, para que as profissionais indiquem os procedimentos de intervenção. Os responsáveis deverão assinar termo de responsabilidade para o ingresso e atendimento do aluno na sala de recurso.

A professora regente da sala de recurso elabora relatório indicando aos professores da sala do ensino regular as características de cada educando e sugere

metodologias e instrumentos avaliativos que poderão favorecer a aprendizagem e superação das dificuldades. Semestralmente a profissional realiza relatório demonstrando a evolução do aluno.

Sala de apoio à aprendizagem

Este espaço pedagógico é destinado à ação pedagógica para enfrentamento dos problemas relacionados à aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos de 5ª série do Ensino Fundamental, no que se refere aos conteúdos de leitura, escrita. Os alunos são atendidos em contra turno. Aos professores regentes da turma indicará os alunos com dificuldade de aprendizagem à Equipe Pedagógica e esta os encaminhará ao professor da referida sala da disciplina.

Crítérios para organização de turmas e distribuição por professor

A distribuição de aulas seguirá critérios do edital de distribuição de aulas expedido pela mantenedora. As turmas serão organizadas pela equipe pedagógica, após consulta aos professores de cada turma acerca de dificuldades de relacionamento e aprendizagem, atendendo os preceitos legais.

Organização da formação continuada dos profissionais da educação

Pela mantenedora:

A Direção disponibilizará profissionais para participar de eventos organizados pela mantenedora de acordo com critérios da mesma e critérios aprovados coletivamente pelos profissionais desta instituição escolar.

Na escola:

O período de hora-atividade será orientado pela Equipe Pedagógica de forma individualizada, priorizando questões apresentadas pelos professores, visando a consolidação do presente Projeto Político-Pedagógico. Esse espaço será também utilizado para estudos de textos pertinentes à formação continuada.

Reuniões pedagógicas:

São reuniões previstas no calendário escolar e que priorizam a formação coletiva, tendo como prioridade a discussão de temas relacionados ao ensino-aprendizagem e outros temas escolhidos coletivamente, na perspectiva de promover subsídios para enriquecer a prática pedagógica do professor.

Semana Pedagógica:

Realizada no início do ano letivo e no retorno das atividades do semestre, com a finalidade de discutir assuntos relacionados ao processo ensino-aprendizagem, em nível de capacitação, bem como assuntos referentes ao planejamento e à organização interna.

Cursos de capacitação de cada segmento da comunidade escolar:

Serão ofertados cursos de acordo com deliberação conjunta, de acordo com recursos humanos e financeiros disponíveis, podendo ser em parceria com o NRE, Centro Tecnológico e outras instituições educacionais.

Avaliação Institucional do Projeto Político Pedagógico:

Acompanhar e avaliar as atividades escolares leva à reflexão sobre como a escola está organizada e direciona as ações para o PPP - Projeto Político Pedagógico.

A avaliação do Projeto busca explicar e compreender as causas das insuficiências e dos problemas apresentados, as relações das causas e efeitos propõem ações alternativas para o coletivo escolar. Este é o momento em que irá verificar a concentração dos objetivos e metas traçados, se forem alcançados ou não

e quais dificuldades na realização do que fora planejado e quais caminhos a serem tomados caso as ações não se concretizarem.

O Projeto Político-Pedagógico, não deve estar desvinculado dos aspectos políticos e sociais, mas como um projeto que aceita, reconhece e reflete as contradições e conflitos, identificando os resultados da própria organização do trabalho pedagógico.

As avaliações ocorrerão anualmente no início do ano letivo inserida no cronograma da semana pedagógica na parte destinada a organização da escola. Neste processo serão inseridos nos diálogos, decisões e reestruturações os profissionais da escola das áreas administrativas e pedagógicas, órgãos colegiados e alunos.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Brasília, 2003.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96)**. Brasília, 2004.
- BOFF, Leonardo. **Ética da vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.
- BORDIGNON, G.; GRACINDO, R.V. **Gestão da educação: Município e a escola**. In: **A LDB e a gestão da educação: as questões controversas**.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- DALBEN, A.I.L. **Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Paz e terra, 1980.
- GADOTTI, M. **O paradigma do oprimido**. Pátio. N.35, ago/out, 2005.
- KLEIN, L.R.; CAVAZOTTI, M.A. **Considerações sobre elementos teórico-metodológicos, a propósito de uma proposta de currículo básico**. In: **Cadernos pedagógicos**. Niterói, RJ: maio/dez, 1993.

LUCKESI,C. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola?In: **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCKESI,C. Avaliação do aluno: a favor ou contra a democratização do ensino? In: **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCKESI,C. Avaliação da aprendizagem escolar: apontamento sobre a pedagogia do exame. In: **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORETTO, V. **A avaliação da aprendizagem: uma relação ética**.

PARANÁ. **Associação de Pais e Mestre e Funcionários**.Curitiba, 2003.

PARANÁ.Deliberação n. 091\99. Normas gerais para a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do sistema estadual de ensino, em nível de ensino fundamental e médio. Curitiba, 1999.

PARO, Vitor H. Ciclos, Progressão Continuada, Promoção Automática. In: **Reprovação escolar: renúncia à educação**. São Paulo: Xamã,2001.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1994.

ROMANOWSKI, J. e WACHOWCZ,L. **A avaliação formativa no ensino superior: que resistências manifestam os professores e os alunos**. In: ANASTASIOU (et al.). Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville, SC: UNIVILLE, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1994.

VASCONCELLOS, Celso S. **A avaliação e o desafio da aprendizagem e do desenvolvimento humano**. In: Pátio.mai/jul,2005.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VEIGA, Ilma P. A.;RESENDE,L.M.G. **Escola:espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papirus,1998

VEIGA,Ilma.P.A.;FONSECA,M. A identidade do sujeito social,ético e político e o projeto pedagógico da escola.In: **As dimensões do projeto político – pedagógico**. Campinas: Papirus,2001.

